

O ANTROPÓLOGO COMO UM "ESPIÃO": QUANDO A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE PÕE EM "RISCO" AS FRONTEIRAS DOS GRUPOS ESTUDADOS

Wilson José Ferreira de Oliveira

RESUMO

Durante minha pesquisa de doutorado sobre as ONG's que atuam na defesa de causas ambientais, deparei-me, constantemente, com a "cobrança" e a "exigência" dos militantes de diferentes organizações quanto à explicitação do meu pertencimento a uma das "entidades". A participação continuada em diversos eventos e instâncias vinculados à defesa ambiental, sem estar filiado a nenhuma "entidade", foi objeto de observação por parte dos militantes no decorrer de toda a pesquisa, passando a ser considerada um "perigo" para a atuação das ONG's e chegando a ser publicamente verbalizada através do termo "espião". Com base no princípio da reflexividade da prática etnográfica, que exige do pesquisador a constante vigilância em relação às condições sociais, políticas e culturais através das quais os dados etnográficos são produzidos, pretendo demonstrar através desse artigo que a designação do antropólogo como um "espião" remete a certos aspectos centrais da identidade e do trabalho das ONG's.

PALAVRAS-CHAVE

Antropologia reflexiva. Etnografia. Identidade. ONGs.

ABSTRACT

During my research on the ONG's that they act in the defense of the environment, I came across myself, constantly, with the "requirement" of the militant ones of different organizations how much to the definition of my belonging to one of the "associations". The participation continued in diverse events and instances to the defense of the environment, without being part of the associations, was object of comment on the part of militant during all the research, passing being considered a "danger them" for the work ONG's and having arrived to be defined with the term "spy". On the basis of the principle of the reflectivity of the practical ethnographic, that demands of the researcher the constant monitoring in relation to the social conditions, cultural politics and through which the ethnographic data are produced, I intend to demonstrate through this article, that the assignment of the anthropologist as a "spy" sends the certain aspects main of the the identity and the work of the ONG's.

KEYWORDS

Reflexive Anthropology. Ethnography. Identity. ONG's.

1 Introdução

Durante minha pesquisa de doutorado sobre as condições e dinâmicas de participação na defesa de causas ambientais deparei-me, constantemente, com a cobrança e a exigência dos militantes de diferentes organizações quanto à explicitação do meu pertencimento a uma das associações (OLIVEIRA, 2005). A presença continuada em diversos eventos e instâncias vinculadas à defesa ambiental (reuniões das associações, de conselhos e comitês de proteção ambiental, seminários, homenagens, confraternizações, etc.) foi objeto de observação e de questionamento por parte de militantes de diferentes organizações no decorrer de toda a pesquisa.

Militante: Tu és de qual *entidade*?

Pesquisador: Eu não sou de nenhuma entidade. Sou da universidade e estou fazendo doutorado em antropologia sobre o “movimento ecológico”.

Militante: Hãã!!! Mas não participas de nenhuma *entidade*?

Pesquisador: Não, Não! Meu trabalho é sobre todas as *entidades*.

Militante: Mas não tens preferência por alguma?

Pesquisador: Não, Não! Eu me interesso por todas elas¹

O fato de estar sempre presente nesse diferentes locais e atividades sem estar filiado a nenhuma associação, passou a ser visto com suspeição por grande parte dos militantes, chegando a ser considerado, por muitos deles, como uma espécie de

“perigo” para a atuação das associações. Uma das situações que exemplificou muito bem isso foi a cerimônia de homenagem a Lutzenberger, um dos principais fundadores do ambientalismo no Brasil (OLIVEIRA, 2008b), devido ao seu falecimento recente. Nesse evento, a minha presença foi novamente objeto de questionamento e até mesmo de desconfiança, sugerindo que eu poderia estar agindo como uma espécie de “espião” de organizações contrárias ao movimento.

Militante da União Protetora do Ambiente Natural de São Leopoldo (UPAN): Tu de novo? O que estás fazendo aqui? Isso também faz parte do trabalho? [Dirigindo-se a uma militante da Associação Democrática Feminina Gaúcha de Porto Alegre (ADFG)] É bom a gente se cuidar, talvez ele seja um espião.

Militante da ADFG: Não! Esse aí não oferece mais perigo. Se é para ele espionar, ele já se desviou, pois já foi cooptado².

Aos poucos, a presença continuada do pesquisador passou a ser definida através do termo “espião”. Durante o XXIV Encontro Estadual de Entidades Ecológicas isso foi explicitamente verbalizado durante uma plenária. Enquanto falava, um militante da associação VERDENOVU de São Lourenço do Sul, indagou à platéia se alguém estava gravando e frente à resposta negativa da platéia seguiu-se tal diálogo.

Militante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural de Porto Alegre (AGAPAN): Que bom! Não há compromisso. [risadas da platéia] Não haverá represálias.

Militante do Movimento Roessler de Novo

1. Diálogo estabelecido com militantes de diferentes associações durante o XXIII e o XXIV Encontro Estadual de Entidades Ecológicas do Rio Grande do Sul.

2. Homenagem ao Lutzenberger. Jardim Botânico, 26 de maio de 2002.

Hamburgo (ROESSLER): Só temos um espião aqui.

Militante da AGAPAN: Bom! Ai não posso garantir. Está aqui ele [apontando para o pesquisador]. Esse não é do movimento. É o próprio espião [risadas do público].

A importância da filiação a “entidades ecológicas” se manifestou de forma bastante significativa durante todo o processo de inserção do investigador no terreno de análise. Mesmo em situações sociais informais, os participantes das organizações ambientalistas são identificados e diferenciados pelo seu pertencimento a determinadas “entidades ecológicas” que funciona como uma espécie de atributo ou qualidade presente nas conversas, nas intervenções em reuniões, nas apresentações e referências constantes que tais dirigentes fazem dos diversos grupos e dos militantes: “nós da AGAPAN”, o “pessoal do NAT”, “X do ROESSLER”, “Y do CEA”, etc. Em decorrência disso, certos diálogos estabelecidos com os militantes em diferentes situações foram sempre permeados pela “cobrança” e “exigência” de que o pesquisador explicita o seu pertencimento a determinada “entidade”. Mesmo quando ele se apresenta como “observador” e com o interesse específico de fazer uma “pesquisa” sobre o “movimento ecológico”, tais indagações continuam, seja sob a forma verbal, seja através de um olhar cauteloso de sua conduta.

Durante os Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas (EEEE), eu me via a todo o momento, diante de situações que podem ser interpretadas pelos militantes como sinais de pertencimento, nem que seja sob a forma de “preferência”, em relação a determinadas “entidades”: quando estava conversando com alguns militantes, quando me sentava em uma determinada mesa

para almoçar, quando me posicionava na platéia para assistir aos debates, quando ficava em determinado alojamento, etc. Por outro lado, existem também tentativas de “cooptação” com pedidos para que o mesmo se sente com o seu grupo: “Senta aqui com a gente!”, “Vem tirar uma foto com a gente!”. Às vezes, tais pedidos feitos por alguns militantes são objetos de brincadeiras por parte de outros: “Não! Nós não queremos intrusos!”.

2 Antropologia, prática etnográfica e reflexividade

A década de 1980 constitui um marco no aparecimento de novas formas de contestação do trabalho e da prática antropológica. Ainda que relativamente diferenciadas entre si, tais críticas tiveram como fundamento comum a emergência de uma “antropologia engajada” e que foi também denominada de “antropologia pós-moderna” (KUPER, 2002, p. 262-265).

Apesar das diferenças de ênfase, todos esses autores retornam a uns poucos temas centrais. No cerne de seus argumentos existem três proposições perfeitamente compatíveis entre si, e todas são vulneráveis à crítica em seus próprios termos. A primeira proposição é que houve uma mudança histórica em todo o mundo nos termos do comércio cultural. A segunda é que não é mais possível (se é que alguma vez o foi) construir relatos objetivos de outros modos de vida. A terceira é que há uma obrigação moral de louvar as diferenças culturais e defender aqueles que estão resistindo à ocidentalização (KUPER, 2002, p. 279).

Em consonância com essas críticas vemos emergir uma série de trabalhos voltados para discussões gerais sobre o sentido

da etnografia e da autoridade do antropólogo na realização do trabalho de campo, bem como questionamentos a respeito do papel de pesquisador e do lugar dos “nativos” em nossas pesquisas. Tais críticas deram margem ao surgimento de relatos de pesquisa que tratavam mais do “estado de espírito” do pesquisador e dos “dramas” por eles enfrentados no trabalho de campo, do que sobre o que os “dados” coletados “diziam” a respeito da realidade investigada. Em muitos casos, tais descrições partiam do pressuposto segundo o qual a qualidade dos dados e do próprio trabalho de pesquisa depende necessariamente dos sacrifícios e dificuldades enfrentadas pelo pesquisador no campo.

Independente dos excessos produzidos por tais formulações, bem como pelas críticas que lhes sucederam, um dos aspectos que emergiu com mais força a partir do debate que elas suscitaram, diz respeito à importância do princípio da “reflexividade” no trabalho de campo. Segundo tal princípio um dos desafios que perpassa todo o processo de definição e realização do trabalho de investigação consiste na constante vigilância em relação às condições sociais, políticas e culturais através das quais os dados etnográficos são produzidos (BEAUD; WEBER, 1998). Isso envolve desde uma “dúvida radical” a respeito de uma série de pressupostos vinculados à própria existência do pesquisador como um “ser social” (BOURDIEU, 1998), até a vigilância constante na operacionalização de um conjunto de procedimentos próprios à definição, realização e conclusão do trabalho de campo (BONETTI; FLEISCHER, 2007; BEAUD; WEBER, 1998; CHAMBOREDON, 1994; PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 1991).

Nesse sentido, falar em “reflexividade” remete necessariamente à idéia, geral-

mente deixada de lado, de “auto-reflexividade”: o controle das pré-noções comuns e eruditas que nos conduzem ao objeto e que, muitas vezes, “falam por nós” durante a pesquisa; a constante auto-análise tanto do seu próprio “interesse” de pesquisa quanto do conjunto de interações desenvolvidas no decorrer da investigação (teorias, problemas, procedimentos utilizados, etc.); a constante indagação a respeito dos efeitos sociais que certas escolhas e posições assumidas durante o processo de investigação têm em relação a pertinência e qualidade das informações obtidas. Em que medida nós estamos tão impregnados de “pré-definições” comuns ou mesmo científicas sobre nosso objeto que não o deixamos falar e mostrar o que ele *é* e *onde* se encontra? De que forma o controle dessas “pulsões” (sociais e intelectuais) nos conduz a uma apreensão mais condizente com a *realidade* em investigação?

Dessa forma, as dificuldades, os constrangimentos e as emoções decorrentes do processo de inserção do pesquisador no terreno de análise, do levantamento das informações sobre o que pretende investigar e das formas de disponibilidade e de acesso aos documentos, registros e práticas existentes, são “portadoras de uma informação positiva sobre as situações que as produzem”, podendo “se converter em fontes de informação capaz de enriquecer nossa análise das formas da respectiva construção social” e ser consideradas como uma “realidade social a ser analisada como tal” (MERLLIÉ, 1996, p. 156-157). Por que certas informações não estão ali onde *deveriam* estar? Quais as perguntas, dúvidas, tensões, conflitos, etc., que surgiram no próprio processo de levantamento dos dados pertinentes (fichas, documentos, entrevistas, etc.)? Em que medida essas ques-

tões que vêm à tona durante o processo de pesquisa já nos diz algo sobre o modo de *configuração* da própria realidade social a ser investigada?

Assim, sem pretender tomar essas observações preliminares a respeito das dificuldades para a definição de minha “posição de pesquisador” no universo investigado, como pretexto para discussões genéricas sobre o sentido da etnografia e da autoridade do etnógrafo, pretendo apenas demonstrar que a reflexão sobre a utilização do termo “espião” acabou por me fornecer um meio de entrada no universo do associativismo ambiental: nas concepções e práticas que conduzem ao ingresso e à militância em tais organizações, nos significados que o pertencimento associativo tem para os militantes e na apreensão de certas fronteiras existentes entre as “entidades ecológicas”.

O material utilizado como fonte de informação decorre de uma investigação sobre as condições e as lógicas sociais do engajamento e da participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2005. Em tal pesquisa foram realizadas 50 entrevistas biográficas com os dirigentes das principais ONGs ambientalistas do estado e que ingressaram nas mesmas em diferentes momentos do período considerado, possibilitando a caracterização e a comparação de distintas carreiras militantes (OLIVEIRA, 2010). Tal material foi complementado pela realização de observações etnográficas da intervenção de tais dirigentes em uma série de eventos vinculados à defesa do meio ambiente (reuniões de associações, seminários e congressos, conselhos e comitês de proteção ambiental, etc.). Os procedimentos metodológicos adotados concentraram-se na investigação das trajetórias familiares, escolares, ocupacionais e militantes que conduziram

os dirigentes ao ambientalismo e na análise da diversidade de esferas e de redes sociais que contribuem para a aquisição e a reconversão dos recursos que fundamentam suas concepções e práticas militantes.

Desse modo, pretendo demonstrar que a designação do antropólogo como um “espião” remete a certos aspectos centrais do trabalho das ONGs ambientalistas na situação em pauta: às lógicas de recrutamento e de seleção de seus militantes e às formas de definição das fronteiras, hierarquias, disputas e conflitos entre tais organizações. Para dar conta disso, o texto está organizado em duas partes principais. Em primeiro lugar, salienta-se que tal designação está fundada em certas concepções de sociedade e de política que respaldam o engajamento e as práticas militantes nas organizações ambientalistas. Nesse sentido, demonstra-se que o ingresso e a permanência em tal militância resultam da capacidade de utilização das competências adquiridas através da formação escolar e universitária como instrumento de politização com vistas à articulação de diferentes esferas de atuação. Num segundo momento, são evidenciadas as relações entre as qualificações militantes do pesquisador como um “intruso” e um “espião”, o aumento considerável da quantidade de organizações, bandeiras de luta e formas de intervenção vinculadas ao ambientalismo e o maior entrelaçamento das redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais que atuam na defesa de causas ambientais. Desse modo, observa-se que nos últimos anos tem havido uma maior dificuldade no estabelecimento das fronteiras institucionais e ideológicas entre as associações ambientalistas decorrente da proliferação do número de organizações envolvidos com a defesa do meio ambiente e, principalmente, da

diversificação dos vínculos e dos compromissos simultâneos dos dirigentes ambientalistas com outros tipos de organizações e “movimentos sociais”.

3 O pertencimento associativo como forma de união entre o “conhecimento” e a “prática”

As discussões sobre o papel e o lugar do “conhecimento científico”, a utilidade dos trabalhos e da “produção acadêmica”, a relação entre “conhecimento” e “prática”, etc., são temas bastante freqüentes no universo de pesquisa considerado. Tais assuntos aparecem em mesas redondas, oficinas, seminários, mas também nas reuniões de “entidades” e mesmo em conversas rotineiras entre militantes, em brincadeiras, confraternizações, durante as entrevistas, etc. Para estes, o trabalho de pesquisa e, principalmente, a realização de entrevistas é algo muito comum, pois muitos estão empenhados em atividade semelhante ou já passaram por experiências como essas enquanto bolsistas de iniciação científica durante sua formação universitária, enquanto professores universitários ou no próprio exercício de suas atividades profissionais: nestas situações eles não estavam na condição de “objetos” de pesquisa e sim na de “sujeitos”, como “pesquisadores” e “entrevistadores”. Por isso, o acesso ao material, a permissão para participar de reuniões e eventos os mais diversos, bem como a disponibilidade em “dar uma entrevista”, transcorrem em meio a “brincadeiras” e “cobranças” sobre a relevância da pesquisa para o movimento e a importância de haver um “retorno” do trabalho “para a sociedade”, em contraposição à postura, que para eles é geralmente comum na “academia”, do “pesquisador neutro”, “irrespon-

sável” e “descomprometido” com a “realidade” e com o movimento e que os trata simplesmente como “cobaias para testar suas teorias”.

Assim, ao contrário das situações em que a competência e a autoridade para falar em nome de uma causa supõem uma “tomada de distância do sujeito em relação ao objeto” (MEMMI, 1992), para os dirigentes ambientalistas é tal distanciamento que é visto com desconfiança e é até mesmo objeto de reprovação. Eles criticam a todo o momento o “profissional” e o “pesquisador neutro” e exigem o comprometimento e a responsabilidade da universidade e do “conhecimento científico” “perante a sociedade”. Foram várias as situações durante a pesquisa em que tais cobranças vieram à tona: nas entrevistas, nas reuniões e até mesmo em conversas mais informais. Os dirigentes constantemente demandavam se eu estava comprometido com a causa ambiental e manifestavam publicamente certa descrença em relação às minhas representações de “observador”. Um exemplo disso foram as reuniões em que os coordenadores perguntavam minha opinião sobre determinados assuntos que estavam sendo tratados na mesma ou ainda quando me perguntavam publicamente se eu não planejava engajar-me em nenhuma “entidade” após o término da pesquisa.

Nesse mesmo sentido, podem-se destacar certas conversas informais com os dirigentes em momentos anteriores ou após reuniões e confraternizações. Um exemplo bem significativo disso foram alguns diálogos estabelecidos com uma das dirigentes da Associação Democrática Feminina Gaúcha – Amigos da Terra (ADFG-AT) em diferentes situações de pesquisa. Numa reunião-almoço da Assembléia Permanente das Entidades de Defesa do Meio

Ambiente do Rio Grande do Sul (APEDE-MA/RS), que constitui uma entidade de representação das organizações ambientalistas do estado, tal dirigente cobrou-me uma “militância” no sentido de “ter um compromisso com o movimento e de dar contribuições específicas quando for solicitado”, citando como exemplo um professor do curso de geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que estabelece esse tipo de relação com a sua “entidade”. Alguns meses depois durante outra reunião com os representantes das ONGs estaduais no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) ela se dirigiu a mim para contar-me que após sua entrevista ela se deu conta de que sabe muito pouco sobre a família de seu pai e que, como conviveu muito com sua avó materna, era da família da mãe que ela sabia mais. Por isso quando foi a Florianópolis resolveu informar-se mais sobre a família de seu pai, através de conversas com ele, bem como de vídeos e slides que ele tinha. Concluiu dizendo que estava ansiosa para me contar o ocorrido porque isso demonstra o quanto o tipo de entrevista que eu tinha feito “influencia” praticamente a própria “vida” das pessoas, no sentido de que as faz pensar sobre ela. Após isso, perguntou-me novamente sobre o meu engajamento. Por fim, tal cobrança aparece também durante as próprias situações de entrevistas. Um exemplo disso é a entrevista com o dirigente da União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) durante a qual ele me indagou: “Não sei o que tu achas do nosso estatuto” E logo em seguida completa em tom de brincadeira: “Opa! Tu é impessoal! Tu só ouve”.

Essa exigência de um conhecimento comprometido com a causa ambiental está vinculada à visão de que para tais dirigentes a “experiência vivida” e a “prática” são

os elementos fundamentais do engajamento e da intervenção militante. É com base nisso que avaliam a utilidade da formação escolar e universitária e que apresentam a “escola” como algo que pouco contribuiu para sua formação profissional. Ou seja, em contraponto às limitações encontradas na “escola formal”, eles manifestam freqüentemente a grande importância que adquiriu em seus itinerários escolares e profissionais um conjunto diversificado de “vivências”, de formas de “sociabilidade”, de engajamentos e militâncias. De maneira geral, eles expressam que foi “fora da escola” e da “universidade” que se estabeleceram o valor e a utilidade de sua formação profissional. Isso porque, para eles, a formação escolar e técnica é algo que só tem utilidade se estiver associada a uma “prática”, à “experiência vivenciada” pela participação na “realidade” e, mais especificamente, em organizações políticas e nos “movimentos sociais” (OLIVEIRA, 2009).

Dessa forma, as definições que respaldam a atuação dos dirigentes nos remetem para concepções politizadas da formação e do exercício profissional, no sentido de que esta é constituída acima de tudo pela capacidade de submeter a formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organizações e de “movimentos sociais”. Tais concepções não são próprias ou exclusivas do ambientalismo, estando relacionadas à própria configuração da formação e do exercício profissional no Brasil (DEZALAY; GARTH, 2002; CORADINI, 1998; PÉCAUT, 1990), ao mesmo tempo em que constituem um dos ingredientes principais de outras formas de militância (CORADINI, 2002). Trata-se, portanto, de uma situação em que o sentido e o valor da “profissão” implicam sempre um “compromisso” com uma “rea-

lidade” que é “totalmente política”, de modo que a formação e o exercício profissional não existem separados da capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com “a realidade” e com a “prática” (PÉCAUT, 1990), ou no caso, com a “natureza” e com a “vida”. É por isso que o engajamento e a militância política constituem sempre uma forma de realização profissional, de “comprometimento” e de não distanciamento da “realidade”. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que o engajamento no ambientalismo constitui uma forma de “ruptura” com o “simples” exercício profissional e de reativação de disposições que possibilitem “extrapolar os limites da profissão”, possibilitando associar sua formação escolar e o exercício profissional à “cultura geral” e ao “humanismo” (CORADINI, 1998) e, assim, “elevar-se acima do simples exercício de sua profissão” (DEZALAY; GARTH, 2002). É com base nessa concepção militante da formação e do exercício profissional que os dirigentes ambientalistas olham com suspeição e desconfiança quem demonstra certa distância em relação à “natureza”, ou à participação em organizações políticas e “movimentos sociais”, seja durante a infância, seja no transcorrer do seu processo de escolarização e de exercício profissional.

Por isso, pode-se pensar, primeiramente, que o “risco” oferecido pela presença entre eles de um “não-participante” se encontra vinculada à ausência de “compromisso” com a “realidade” e com a “prática” e ao distanciamento que tal postura revela. Acrescente-se a isso que essa forma de contato que estabeleci com as organizações ambientalistas é muito familiar aos procedimentos através do qual a grande maioria dos militantes ingressa no ambientalismo. Ou seja, a entrada nesse tipo de ativis-

mo está quase sempre associada ao desenvolvimento da formação universitária dos militantes e constitui uma maneira de resolver uma “crise profissional”, definindo uma área de especialização e de atuação profissional. Do mesmo modo, muito antes de fazerem parte de organizações ambientalistas, a utilização instrumental de recursos escolares e acadêmicos como forma de exercício da militância constitui para eles uma prática comum e que se manifesta geralmente sob a forma de luta contra as fronteiras entre o “conhecimento” e a “realidade” ou a “política”, valorizando seu engajamento no ambientalismo por oferecer justamente uma oportunidade de ir além do “conhecimento de caixinha” que a universidade apresenta, bem como às divisões estanques que a sociedade estabelece entre o “mundo da academia”, da “política”, da “economia”, etc. Nesse sentido, suas descrenças em relação ao “pesquisador neutro” e ao “conhecimento descomprometido perante a sociedade” se manifestam aqui sob a forma de exigência de filiação e de pertencimento do “observador” a “entidades ecológicas”, de modo que apresentar sua participação continuada nas “entidades ecológicas” e nos eventos vinculados à proteção ambiental apenas como um “interesse de pesquisa” soa para eles como algo no mínimo “estranho”.

As situações que exemplificam muito bem isso são aquelas em que são selecionados os militantes que exercem funções técnicas ou remuneradas nas associações. Tais processos mostram que o processo de seleção é amplamente caracterizado pela adequação entre a existência de uma perspectiva politizada da formação universitária e o estabelecimento de laços anteriores com membros da organização. Ele ocorre mediante um longo processo de participa-

ção, através do qual, o militante molda seu objetivo em termos de realização ou de desenvolvimento profissional, criando a necessidade de sua função na organização, ao mesmo tempo em que vai definindo a pertinência do trabalho proposto em relação às necessidades institucionais. Uma situação que exemplifica isso é o processo de contratação da “coordenadora técnica” da ADFG, anteriormente citada, que inicia sua participação na associação como “voluntária” e depois passa a ocupar cargos remunerados. Nesse caso, trata-se de alguém que tem uma formação universitária ao nível de mestrado em geologia e que desde a graduação participou do movimento estudantil nas mobilizações referentes à inclusão de “mais meio ambiente” no currículo de geologia, direcionando logo depois sua formação ao nível de mestrado para “o tema da energia” em função de seus interesses de trabalhar na área ambiental. Foi no mestrado que conheceu a ADFG através de um colega de quem ficou “super amiga” logo no início do curso. Ele era o vice-presidente da associação e desenvolvia um projeto da ADFG em parceria com a universidade que se voltava para o “envolvimento comunitário na gestão da água em pequenas bacias”. O seu primeiro contato com o trabalho da organização ocorreu quando estava concluindo o mestrado e logo começou a participar como voluntária, permanecendo um bom tempo, segundo ela própria, como “aquele voluntário de fim de semana tanto pra fazer projeto quanto qualquer mobilização”, mas que “não entendia muito bem da estrutura” da organização. Como nesse período fazia um estágio na FEPAM com “a questão do carvão” que era também um desdobramento de seu mestrado, começou a “pesquisar o processo histórico” das usinas de carvão e mobili-

zar contra o licenciamento de novas usinas no estado. Um ano depois por indicação de seu orientador no mestrado foi para a Alemanha fazer um curso sobre a “questão da água”, mas mesmo assim manteve o contato com a “entidade”, inclusive sendo consultada e aceitando fazer parte do conselho diretor da associação durante esse período. Ao mesmo tempo, quando estava nesse curso entrou em contato com a Federação Amigos da Terra Internacional que a impulsionou a participar mais da associação, pois percebeu que podia dentro dos Amigos da Terra fazer do seu trabalho “um trabalho profissional e que existia fontes de financiamentos e projetos, inclusive dos Amigos da Terra Internacional”.

Aí quando voltei eu disse: ‘eu vou voltar pro Brasil e vou me dedicar a isso’. Então eu já vim assim com uma visão um pouco global. E depois eu comecei a trabalhar forte em nível nacional [...] E desde 2001, quando eu voltei, veio o Fórum Social e eu comecei a fazer projetos, conseguir verbas tanto pra entidade como que pagassem assim um salário que pudesse trabalhar assim naquilo e daí a gente criou o cargo de coordenador de projetos. Então eu sou agora coordenadora de projetos dos Amigos da Terra, porque eu tenho alguns projetos pra coordenar, pra executar (ENTREVISTA).

O próprio processo de ingresso no ambientalismo constitui um dos momentos principais em que eles vão moldando suas inserções e itinerários anteriores, ao mesmo tempo em que vão internalizando as formas legítimas de conduta e os recursos requeridos ao exercício desse tipo de militância. Isso porque as modalidades de recrutamento de novos integrantes para as organizações ambientalistas não acontecem com base estritamente de exigências

de formação ou especialidades específicas nem tão pouco na definição clara da função ou atribuição que eles irão desempenhar. Tais organizações não dispõem de serviços de recursos humanos encarregados do recrutamento de novos aderentes ou mesmo de funcionários, nem tão pouco de critérios burocratizados que estabelecem uma divisão clara das funções nas quais os militantes deverão trabalhar. Nesse universo, ainda que de formas muito diferenciadas, predominam práticas informais que ocorrem mediante o contato e o conhecimento prévios de pessoas (amigas, namorados, parentes, colegas de universidade, etc.) que os colocam diante dos objetivos, das atividades e dos projetos desenvolvidos pela organização. A formação escolar e as competências técnicas não são recursos necessários ou que se credite muita importância para as intervenções dos militantes nos espaços de atuação das organizações, sendo essencial apenas a “boa vontade” e, principalmente, a “identificação ideológica” em relação à causa ambiental e à intervenção da associação. Nem mesmo quando se trata de selecionar aqueles que deverão ser contratados para desempenhar “funções remuneradas”, as exigências de conhecimento técnico referente à causa ambiental são prioritárias. O que prevalece sempre é o conhecimento da organização e a disposição para participar. Como eles mesmos dizem, “o resto se adquire com o tempo”.

Pode-se tomar como outro exemplo bastante significativo de como tais procedimentos é colocado em prática pelas “entidades”, o processo de contratação de uma funcionária para trabalhar na UPAN. A “necessidade” de contratar uma pessoa para assumir as tarefas de organizar as correspondências e o material recebido, bem como para abrir a sede da entidade e aten-

der ao público foi colocada em discussão, por um dos membros da diretoria, na pauta de várias reuniões semanais. Mesmo que tivesse certa dúvida quanto à contratação de “funcionários” pela associação, pois acreditava que tais tarefas deveriam ser de “responsabilidade de todos os participantes da associação”, justificava tal contratação pelo fato de todos estarem trabalhando e pela situação caótica que se encontravam as correspondências recebidas e o conjunto do material da associação. A partir do momento em que o grupo se convenceu de que era a única forma de manter a entidade funcionando, passou-se à discussão dos critérios que deveriam ser considerados. Não era exigido alguém que tivesse formação universitária numa área específica, nem se estabeleceu com precisão o que a pessoa faria lá dentro. Quanto a isso, citava-se sempre o exemplo do antigo funcionário que chegou lá num momento de “caos” pelo desligamento do ex-presidente e que aos poucos foi aprendendo tudo, de tal modo que algum tempo depois acabou se tornando alguém que fazia tudo e que era a principal referência para os outros militantes. Desse modo, um dos aspectos sempre lembrado nas reuniões em que se discutia o tema foi a importância de contratar “alguém que abrace a causa”. Todavia, outro aspecto que tal situação traz à tona é a importância dos laços de amizade e da identificação partidária nos processos de recrutamento. Quanto a isso, cogitou-se inicialmente uma candidata “que tinha um bom currículo”, conforme a avaliação do membro da diretoria que fez a proposta de contratação. No entanto, durante a entrevista de seleção ela disse que votaria no PMDB nas próximas eleições municipais. As reservas foram colocadas inicialmente no sentido de que constituía um “perigo” ter como

funcionária alguém que poderia ser manipulada pelo atual prefeito que era do PMDB para o mesmo ter acesso aos documentos da entidade. Todos concordaram quanto a esse perigo e alguém acrescentou dizendo que qualquer pessoa pode votar em quem quiser, mas o problema é expor a associação a essa situação. Quanto à afirmação de que se pode votar em quem quiser um participante falou em tom de brincadeira: “Ah! é! Eu não sabia disso...” e os outros deram risada. Após algumas reuniões foi escolhida uma jovem de 16 anos que era prima de uma militante da associação.

Esses aspectos demonstram que os critérios de seleção para as funções técnicas ou remuneradas nas organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul são bastante informais. A seleção é quase sempre anterior ao momento de contato com a associação, seja por uma predisposição anterior para tal empreendimento, seja pelos vínculos com pessoas que a conhecem. Por outro lado, é em função de um processo de negociação interna, após um período inicial de trabalho como “voluntário” que aos poucos vai se definindo as tarefas e atividades a desempenhar. Em vez de um modelo de militância profissionalizado com base na utilização de recursos escolares e técnicos (SAINTENY, 1999; OLLITRAULT, 2001; GALLET, 2002), a participação em organizações ambientalistas na situação em pauta se apresenta através desses exemplos como uma área de atuação profissional, no sentido de que requer um “saber” que só se adquire pela “prática” e pela “inserção” do militante na “realidade” e que possibilita a conciliação entre o “conhecimento” e a “prática” (OLIVEIRA, 2008a). Esse saber não surge especificamente no momento de adesão, uma vez que resulta de tentativas anteriores de adequação da dimen-

são profissional com a militante. É, por isso, que as motivações políticas e ideológicas são predominantes nesse tipo de ativismo e estão sempre misturadas ao exercício profissional, de modo que é muito difícil, senão impossível separá-las.

Todavia, como os próprios dirigentes revelaram durante os contatos informais e as entrevistas, o distanciamento do pesquisador em relação à “realidade” constitui antes uma atitude que deveria ser objeto de ironia e até mesmo de desprezo do que de ameaça ou de “perigo”, uma vez que expressa uma espécie de insuficiência em termos de realização profissional. É somente na medida em que tal postura de “neutralidade” do pesquisador coloca em jogo outros aspectos do tipo de recrutamento que estão igualmente relacionados à dinâmica de estruturação e de funcionamento das organizações ambientalistas, que essa postura de não adesão pode soar como ameaça e até mesmo como um “perigo”. Isso porque o recrutamento para as organizações ambientalistas está baseado tanto nas predisposições militantes dos dirigentes em relação à formação e ao exercício profissional, quanto na existência de laços anteriores (de amizade, afetivos, políticos, etc.) com militantes ou simpatizantes da organização, bem como com outros de tipos de organizações e “movimentos sociais”. É esse segundo aspecto que se mostra de forma mais clara durante o processo de negociação do acesso às organizações para a realização de observação etnográfica das reuniões e das atividades realizadas pelas mesmas.

4 Inserção social, militância múltipla e diversificação da luta ambiental

Os contatos iniciais do pesquisador com algumas associações foram feitos após a

freqüência do mesmo às reuniões daquela que é reconhecida como tendo um lugar destacado na emergência e desenvolvimento de tal tipo de ativismo no estado e até mesmo no Brasil, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Em decorrência disso, quando se tratava da participação em instâncias como conselhos, reuniões da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA/RS) e do Encontro Estadual de Entidades Ecológicas (EEEE), nas quais estavam presentes os militantes de outras associações, os próprios dirigentes da AGAPAN me apresentavam como uma espécie de “simpatizante” da entidade. Por outro lado, o fato de sentar ao lado de militantes da AGAPAN durante certos eventos e de manifestar um pouco de familiaridade com eles através de brincadeiras e de conversas era visto com desconfiança pelos integrantes das outras “entidades”. Por isso, a negociação para participar das reuniões das outras “entidades” exigiu que o pesquisador continuamente demonstrasse, tanto de forma verbal quanto pelo seu comportamento, que não fazia parte da AGAPAN. Ao passo que isso foi ocorrendo, principalmente com a visita e a presença nas reuniões e nas atividades realizadas pelas demais “entidades”, alguns militantes da AGAPAN passaram a demonstrar esse sentimento de desconfiança que parecia estar presente inicialmente nos componentes das demais “entidades”. Durante o XXIII EEEE isso ficou evidente numa situação em que o pesquisador foi convidado por alguns integrantes da AGAPAN para tirar uma foto e a presidenta da entidade falou em tom de “brincadeira”: “Não! Nós não queremos intrusos”.

Os termos “expor”, “perigo”, “intruso”, “espião”, etc., utilizados pelos militantes

durante o processo de negociação da observação das atividades desenvolvidas pelas associações ambientalistas, evidenciam outro aspecto associado à dinâmica de engajamento dos militantes e ao modo de funcionamento das “entidades” ambientalistas.

Para melhor entender isso, deve-se levar em conta que o processo de emergência e de expansão do associativismo ambientalista no Rio Grande do Sul foi inicialmente influenciado e controlado pela criação e atuação da AGAPAN que exerceu um papel “aglutinador” para os diferentes grupos e militantes vinculados à defesa do meio ambiente na década de 1970. Assim, as primeiras associações do estado, tanto da região metropolitana quanto do interior, funcionavam como “núcleos da AGAPAN”. Com o crescimento acelerado desses núcleos durante a década de 1980 e, principalmente, a dificuldade de articulação das diretrizes a serem adotadas por esse conjunto diversificado de associações, iniciou-se um processo de “autonomização” dessas associações através da constituição de certas instâncias de articulação e de “representação” das “entidades ecológicas”. Dentre estas, destaca-se a realização periódica dos Encontros Estaduais de Entidades Ecológicas e a criação da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA/RS). Um dos aspectos que contribuiu para essa transformação do modo de articulação das organizações ambientalistas resulta da modificação de uma situação na qual a mobilização era privilégio de uma elite política e cultural para outra na qual são atores sociais mais heterogêneos que passam a investir na defesa do meio ambiente com base em concepções e formas de participação bastante diferenciadas (OLIVEIRA, 2008b).

Em meados da década de 1980, com a chamada “abertura política”, ocorre uma grande modificação nas estruturas organizacionais e ideológicas do ambientalismo. Esse contexto é um marco do ingresso no ambientalismo de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, predominantemente vinculados a organizações estudantis e partidárias e que são os principais protagonistas da aproximação entre as questões ambientais e as lutas sociais e políticas que agitavam o contexto político nacional naquele momento. Os laços anteriores com as elites políticas e culturais são substituídos pelas inserções simultâneas dos dirigentes em redes diversificadas de organizações e “movimentos sociais”. Essa alteração modificou a composição social das organizações ambientalistas e trouxe à tona uma série de confrontos e de divisões (TORNQUIST, 1992; SCHMITT, 1995). A maior diversificação das redes de “movimentos” que conduzem ao ambientalismo contribuiu para a ruptura da relativa proximidade ideológica que caracterizava as intervenções das primeiras organizações fundadas nesse período. O recrutamento das principais lideranças passa a se concentrar nas redes de organizações e “movimentos sociais” vinculadas à luta pela “democratização”. Ao mesmo tempo em que as mobilizações e lutas desenvolvidas passam a contar com o apoio e a sustentação dessas organizações, ocorreu uma maior imbricação entre as reivindicações dos ambientalistas e os objetivos e bandeiras de lutas defendidas pelos grupos e organizações vinculados às problemáticas sociais, populares e partidárias. Com isso, a principal fonte de mobilização para a defesa de causas ambientais, a partir desse período, é a vinculação anterior ou simultânea dos dirigentes a organizações estudantis,

tais como grêmios e centros acadêmicos que estão quase sempre associadas à militância partidária. Em grande parte dos casos, essa forma de atuação começou desde a formação secundária e se desdobrou na vinculação a diretorias de centros acadêmicos durante a universidade e na militância em partidos políticos, dentre os quais se destaca principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT). É através da participação continuada nessas redes de organizações e de “movimentos sociais” que os dirigentes ambientalistas vão exercendo sua capacidade de “compromisso” com a “realidade”. É pela inserção nessas redes que suas disposições militantes em relação ao exercício profissional encontram uma forma adequada de realização.

Tais aspectos contribuem para a configuração da defesa ambiental como um militantismo de reconversão da formação universitária e profissional para a atuação em diferentes esferas de atividade (OLIVEIRA, 2005; 2008a), ao mesmo tempo em que possibilitam uma melhor compreensão das especificidades de tal situação em relação a certas caracterizações do ambientalismo que se encontram na literatura pertinente. Em linhas gerais, pode-se dizer que em tal situação o militantismo ambientalista não constitui um “setor específico” de contestação política (PASSY, 1998). Ele difere, por um lado, daquelas situações em que a estrutura organizacional, as estratégias e os repertórios de ação dos ambientalistas estão caracterizados pela existência de agências governamentais e organizações especificamente voltadas para a proteção ambiental (DIANI; DONATI, 1999; RUCHT; ROSE, 1999; BRAND, 1999). Isso porque os dirigentes que participam da defesa ambiental estão vinculados simultaneamente aos mais diferentes tipos de or-

ganizações e de “movimentos sociais”, de modo que grande parte das demandas e reivindicações levantadas pelas lideranças ambientalistas são questões sociais, econômicas, urbanas, etc., que foram conceituadas como “ambientais” (FUKS, 2000; LEITE LOPES, 2004). Por outro lado, ele difere também dos casos em que o meio ambiente constitui uma questão marginalizada que se constitui subordinada a questões econômicas e políticas e nas quais inexistem grupos e organizações ambientalistas e mesmo instâncias formais de proteção ambiental (HAYNES, 1999). Trata-se de uma situação que se aproxima daquelas situações que se caracterizam pela constituição de agências governamentais e de associações voltadas para a proteção ambiental, mas dependentes do Estado e de outras organizações e “movimentos sociais” em termos de suas formulações ideológicas e de seus recursos humanos, organizacionais e financeiros (JIMÉNEZ, 1999; DEVAUX, 2005). Não estamos diante de uma situação em que a multiplicação das organizações e das formas de ação militante resulta de uma diferenciação entre “campo militante” e “campo político”, nem tampouco a participação em tais associações não se encontra incorporada ao militantismo partidário (MATONTI; POUPEAU, 2004). Pelo contrário, o que parece característico da situação analisada é que a partir de final dos anos de 1980, tem havido uma forte imbricação entre a atuação dos dirigentes de organizações ambientalistas com o militantismo partidário e com a ocupação de postos no Estado com base em tais vinculações políticas.

Na situação em pauta, essa forte imbricação entre “lutas ambientais” e “sociais” foi acompanhada, também, pelo aumento considerável das associações, das lide-

ranças ou das “facções” do movimento ambientalista cujas bandeiras de luta e militâncias estão imbricadas com a atuação simultânea em grupos estudantis, sindicatos e associações profissionais, em partidos políticos, em organizações religiosas, ou em outras organizações e movimentos populares, assim como em empresas de consultoria na “área de meio ambiente”, em administrações públicas e na burocracia estatal (OLIVEIRA, 2005). Dentre os fatores que propiciaram isso, destacam-se, em primeiro lugar, certas mudanças nos contextos político e ideológico dos anos de 1980. Como já se salientou, é o caso da abertura dos espaços de participação política decorrente do “processo de redemocratização” que resultou na intensificação do “fenômeno da militância múltipla”, no sentido de que as redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais se tornaram extremamente interligadas (MISCHE, 1997). Em segundo lugar, mudanças no espaço da formação escolar e profissional. Trata-se, mais especificamente, da expansão e diversificação do ensino superior, que propiciou a ampliação dos usos instrumentais da escolarização e da formação profissional com vistas à politização e à articulação de diferentes esferas de atuação, através da inserção e da militância anterior e/ou simultânea em diversos tipos de organizações e movimentos sociais (CORADINI, 2002). Por fim, as transformações das próprias bases sociais e das dinâmicas de ingresso em tal tipo de militância. Como já se disse nos anos de 1980 há uma mutação de um conjunto composto por lideranças com origens sociais elevadas e cujas intervenções estavam fundadas na bagagem cultural e política herdada ou construída a partir da família de origem, para padrões de atuação que resultam do ingresso de indivíduos

os com origens sociais mais baixas e heterogêneas e que têm como principal base de recursos, os vínculos estabelecidos no decorrer de seus itinerários familiar, escolar e profissional com partidos políticos, organizações e movimentos sociais diversificados.

Na medida em que a adesão ao ambientalismo não resulta da ruptura ou afastamento de tais vinculações, constituindo-se antes como uma forma de prolongamento das mesmas, observa-se uma multiplicidade de referenciais vinculados às intervenções e atividades das associações e sua relação com a acumulação de múltiplas posições de seus militantes e dirigentes em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais”. Isso porque a participação em organizações ambientalistas não resulta apenas da negociação de uma identidade individual, mas, ao mesmo tempo, do ajuste dos diferentes objetivos ideológicos e das modalidades de participação procedentes dos vários envolvimento dos militantes e dirigentes com outros tipos de organizações e “movimentos”: partidos políticos, organizações religiosas, universidades, organismos de financiamento e associações ambientalistas internacionais, etc. Por isso, a difícil articulação entre o conjunto de organizações que atuam na defesa de causas ambientais não procede apenas da grande diversidade de disposições e de itinerários militantes e profissionais que conduzem seus dirigentes a tal tipo de militância. Nem somente da existência de uma quantidade muito grande de associações com objetivos os mais variados. Ela resulta principalmente da grande heterogeneidade de vinculações que por meio de seus principais dirigentes tais associações estabelecem simultaneamente com outros tipos de organizações e de “movimentos sociais”. As vinculações dos militantes e dirigentes a tais redes de organiza-

ções constituem um dos aspectos decisivos da diferenciação das formas de intervenção associativa nas instâncias formais de proteção ambiental. É com base na conformação de tipos e graus diferenciados de vinculação a partidos políticos, a associações e fundações internacionais e a organizações religiosas que se delineiam as principais divisões e polarizações entre o conjunto de associações (OLIVEIRA, 2005).

Um trajeto ilustrativo da imbricação do ativismo ambientalista com o militância em organizações partidárias e da articulação do engajamento associativo com a ocupação de cargos e funções remuneradas na administração pública e na burocracia estatal com base nos vínculos estabelecidos na militância partidária é o caso do dirigente da associação HOCTEMPORE de Pelotas. Ele tem 34 anos, é filho único e natural de Herval, onde o pai trabalha com comércio de carro e a mãe é professora do ensino fundamental. Durante o segundo grau deslocou-se para a cidade de Pelotas onde se formou em eletromecânica pela Escola Técnica e em direito pela Universidade Federal. Seus pais eram adeptos do PDT, mas ele iniciou sua participação política através do grêmio estudantil e, depois, da militância no Partido dos Trabalhadores (PT), integrando a “tendência” chamada de “democracia socialista”. Como ele mesmo salienta foi a “participação político-partidária” que o conduziu ao “movimento ambiental”, no sentido de que foi com base na “aproximação ideológica” com ambientalistas do Centro de Estudos Ambientais (CEA), também filiados ao PT, que ele decidiu integrar tal associação. Desse modo, durante a formação universitária ocupou posição de direção simultaneamente no Diretório Central de Estudantes, no Centro de Estudos Ambientais (CEA), além de parti-

cipar da “setorial de meio ambiente” do PT a nível estadual. Foi com base nesse trajeto de militância simultânea no PT e no CEA que ocupou a pasta de Secretário Municipal de Qualidade Ambiental, durante a administração petista no município de Pelotas (2001-2004). Todavia, durante o processo de sucessão do então prefeito e candidato à reeleição, tomou uma posição favorável à reeleição do mesmo, contrariando a decisão de outras lideranças do CEA que, em função de atritos com o então prefeito, haviam decidido indicar outro candidato petista para a reeleição. Com isso, desligou-se da associação, criou a HOCTEMPORE e com base nos vínculos estabelecidos de longa data no PT assumiu um cargo no Ministério do Meio Ambiente. Atualmente, ele é um dos principais articuladores de uma rede de ONGs voltadas à defesa do “bioma pampa”, à qual já conta com a adesão de aproximadamente 80 associações ambientalistas do estado. Disso resulta, uma concepção do movimento ambientalista como devendo estar associado à política partidária. Ou seja, a única forma de unificar os objetivos e estratégias de luta das organizações e mobilizações ambientalistas é, necessariamente, através de uma orientação comum para a intervenção no âmbito da política partidária. O que fundamenta essa imbricação da “política ambiental” com a “partidária” é uma concepção militante da própria política partidária, no sentido de que esta deve estar sempre associada com outras esferas de militância (CORADINI, 2002).

A inserção dos dirigentes em múltiplas redes de organizações e “movimentos sociais” como forma de acesso à atuação profissional nas mais diferentes esferas de atividade, configurou um padrão de relações entre as associações ambien-

talistas, conforme a tipologia estabelecida por Diani (2003), que se caracteriza por uma forte segmentação: por um lado, a fragmentação e descentralização que dá origem a formas de ação associativa bastante atomizadas em decorrência das respectivas redes de relações que elas estabelecem com os mais variados tipos de organizações; e, por outro, a concentração de algumas intervenções em um número muito reduzido de associações em decorrência do fenômeno da “militância múltipla” que conduz ao envolvimento de um número muito pequeno de dirigentes com um conjunto relativamente semelhante de organizações e de “movimentos sociais”. Para além das diferenças quanto aos tipos de intervenção e às formas de apresentação e problemáticas defendidas pelas associações, são as combinações desse grau elevado de atomização com formas extremamente centralizadas de intervenção que parecem constantes. Desse modo, as intervenções públicas das associações em instâncias formais de proteção ambiental, exemplificam essa constante tensão entre dispersão e centralização num padrão fortemente segmentado das redes de interações entre as associações ambientalistas em decorrência de suas vinculações com organizações e “movimentos sociais” cuja atuação está voltada para outros tipos de questões e esferas de atividade.

Em decorrência disso, o uso dos termos acima referidos para qualificar a participação do pesquisador no terreno de análise, evidencia o grau acentuado de concorrência e de segmentação entre as associações ambientalistas. Na ausência de hierarquias formais e de definições coletivas entre o conjunto das organizações ambientalistas, as únicas unidades de referência são a “entidade” e os laços e com-

promissos diversificados que unem os militantes à mesma e a outros tipos de organizações e lideranças políticas. Na medida em que se trata de um ativismo semelhante ao descrito por Mische (2003), posto que fundado na negociação de identidades e princípios ideológicos variados vinculados às múltiplas participações das lideranças e à sua mobilização conforme os contextos e as audiências em questão, a participação simultânea do pesquisador em distintas organizações pode colocar em jogo justamente estes limites, bem como os fundamentos a partir dos quais eles são construídos. Assim, é também a possibilidade de revelação de tais inserções e, principalmente, das fronteiras e divisões que elas estabelecem entre as “entidades ecológicas” que transparece nas hesitações dos militantes quanto à participação simultânea do pesquisador em diferentes organizações ambientalistas. Participar sem explicitar seu pertencimento pode soar como um “perigo” e uma “intrusão”, pois significa ter acesso aos laços que unem a associação a organizações partidárias, a agências estatais, a projetos e fontes de financiamento, etc., assim como às fronteiras e rixas existentes entre associações que desenvolvem atividades conjuntamente.

5 Conclusão

Como procurei mostrar no decorrer desse artigo, as dificuldades encontradas no decorrer do processo de negociação e de realização do trabalho de campo são portadoras de informações importantes a respeito do universo que se está investigando. Nesse sentido, a reflexão a respeito do termo “espião”, “intruso”, etc., constituiu uma forma de acesso a certas características gerais do modo de expansão das organiza-

ções ambientalistas no Rio Grande do Sul a partir da década de setenta. O principal aspecto que se destaca é que a forma de expansão do ambientalismo se encontra estreitamente ligado a maior indefinição das fronteiras institucionais e ideológicas das mobilizações e à fragmentação e atomização das intervenções das organizações ambientalistas. Isso resultou, em parte, da diversificação das redes de recrutamento que conduzem ao ingresso nesse tipo de militância e aos confrontos e desacordos decorrentes da modificação que ela provocou na composição social das principais organizações ambientalistas.

Isso porque, os significados vinculados ao pertencimento associativo e, mais especificamente, as retribuições obtidas com a participação em mobilizações e organizações ambientalistas estão quase sempre referidos à possibilidade de reconversão da formação escolar para a atuação profissional nas mais diferentes esferas de atividade (OLIVEIRA, 2008^a). No entanto, essa perspectiva de realização profissional através do engajamento ambientalista não configurou uma situação em que a formação universitária e técnica têm uma importância preponderante na composição dos repertórios de ação coletiva das organizações ambientalistas. A formação escolar está incorporada ao trabalho de recrutamento e de seleção dos militantes que irão ocupar os postos dirigentes nas próprias associações, como também dos que se tornam responsáveis pela representação das mesmas nas demais instâncias como comitês e conselhos de proteção ambiental. No entanto, a valorização da formação escolar é inseparável de sua utilização instrumental ou “prática” na “realidade”, através do comprometimento e da vinculação anterior ou atual dos militantes com organizações e

“movimentos sociais”. É através de tais inserções que eles são despertados e desenvolvem a capacidade para estabelecer continuamente uma convivência entre o “conhecimento” e a “ação”.

Em consonância com esse modo de aquisição das disposições e formações que possibilitam a atuação profissional dos dirigentes no ambientalismo, os referenciais ideológicos e os recursos que respaldam as intervenções associativas nas instâncias de proteção ambiental estão referidos, basicamente, às inserções anteriores ou simultâneas dos dirigentes em outros tipos de organizações e de “movimentos sociais”. Em função disso, existe um grau bastante elevado de segmentação das intervenções associativas entre o conjunto de organizações que fazem parte da defesa de causas ambientais. Todavia, tal estrutura não resulta apenas do conjunto de associações cuja atividade prioritária é a defesa do meio ambiente, mas principalmente das interações que, por meio de seus dirigentes, elas estabelecem com organizações que atuam em outros tipos de questões e de esferas sociais: partidos políticos, organizações religiosas, universidades, etc. Ora, na medida em que tais associações estão estruturadas com base nas inserções particulares de seus dirigentes em distintas redes sociais que, ao mesmo tempo, possibilitam a articulação de sua formação profissional com a atuação em diversas esferas de atividade, as definições coletivas, os espaços e as modalidades de intervenção, assim como o estabelecimento das fronteiras entre as associações ambientalistas variam enormemente conforme os respectivos vínculos anteriores ou atuais de seus principais dirigentes com tais tipos de organizações e de “movimentos sociais”.

NOTA SOBRE O AUTOR

Wilson José Ferreira de Oliveira é formado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, é professor Adjunto de Ciência Política da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no Departamento de Ciências Sociais (DCS), no Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (NPPCS) e no Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia (NPPA). É pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP). Suas atuais pesquisas abordam os seguintes temas: militância, políticas públicas, inserção social, elites dirigentes, escolarização, protestos públicos, participação política, movimentos sociais e associativismo.

REFERÊNCIAS

- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guide de l'Enquête de Terrain*. Paris: La Découverte, 1998.
- BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Edunisc, 2007.
- BRAND, Karl Werner. Dialectics of Institutionalisation: the transformation of the Environmental Movement in Germany. In: ROOTES, Christopher (Ed.). *Environmental Movements: local, national and global*. London: Frank Cass, 1999. p. 35- 58.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 17-58.
- CHAMBOREDON, Hélène et al. S'imposer aux imposants: propos de quelques obstacles rencontrés par des sociologues débutants dans la pratique et l'usage de l'entretien. *Genèses*, n. 6, p. 114-132, juin, 1994.
- CORADINI, Odaci Luiz. Escolarização, Militantismo e Mecanismos de 'Participação' Política. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (Orgs.). *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 103-153.
- CORADINI, Odaci Luiz. Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais. In: FELIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 209-235.
- DEVAUX, Sandrine. *Les nouveaux militantismes dans l'Europe élargie*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryan. *La mondialisation des guerres de palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys"*. Paris: Seuil, 2002.
- DIANI, Marco; DONATI, Paolo R. Organisational Change in Western European Environmental Groups: a framework for analysis. In: ROOTES, Christopher (Ed.) *Environmental movements: local, national and global*. London: Frank Cass, 1999. p. 13-34.
- FUKS, Mário. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2001.
- GALLET, Gérald. L'Expertise, Outil de l'Activisme Environnemental Chez Greenpeace France". In: HAMMAN, Philippe; MÉON, Jean-Mathieu; VERRIER, Benoît. *Discours Savants, Discours Militants: mélange des genres*. Paris : L'Harmattan, 2002, p. 109-128.
- HAYNES, Jeff. Power, Politics and Environmental Movements in the Third World. In: ROOTES, Christopher (Ed.) *Environmental movements: local, national and global*. London: Frank Cass, 1999. p. 222-242.
- JIMÉNEZ, Manuel. Consolidation Through Institutionalisation? Dilemmas of the Spanish Environmental Movement in the 1990s. In: ROOTES, Christopher (Ed.) *Environmental Movements: local, national and global*. London : Frank Cass, 1999. p. 149-171.

- KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: Edusc, 2002.
- LEITE LOPES, José Sérgio. *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. *Le Capital Militant. Essai de Définition. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 155, p. 5-11, 2004.
- MEMMI, Dominique. *La competence morale. Politix*, n. 17, p. 104-124, 1992.
- MERLLIÉ, Dominique. *A Construção Estatística*. In: CAMPAGNE, Patrick et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 107-170.
- MISCHE, Ann. *De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política. Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, p. 34-150, 1997.
- MISCHE, Ann. *Cross-talk in Movements; Re-conceiving the culture-network link*. In: DIANI, Mario; McADAM, Doug (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford University Press, 2003. p. 258-280.
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira. *“Paixão pela Natureza”, Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e Início dos Anos 2000*. 463 f. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.
- _____. *Elites Dirigentes, Engajamento Político e Retribuições do Militantismo Ambientalista*. Tomo, Aracaju, v. 13, p. 201-238, 2008a.
- _____. *Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 751-777, 2008b.
- _____. *Os Usos da Educação na Militância Ambientalista. Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 77-92, 2009.
- _____. *Posição de classe, Redes Sociais e Carreiras Militantes no Estudo dos Movimentos Sociais. Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 3, p. 49-77, 2010.
- OLLITRAULT, Sylvie. *Les Écologistes Français, des Experts em Action. Revue Francaise de Science Politique*, v. 51, n. 1/2, p. 105-130, 2001.
- PASSY, Florence. *L'Action Altruiste*. Paris-Genève: Droz, 1998.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PINÇON, Michele; PINÇON-CHARLOT, Monique. *Pratiques d'enquêtes dans l'aristocratie et la grande bourgeoisie. Genèses*, n. 3, p. 120-133, mars, 1991.
- RUCHT, Dieter e ROOSE, Jochen. *The German Environmental Movement at a Crossroads? In: ROOTES, Christopher. (Ed.) Environmental movements: local, national and global*. London: Frank Cass, 1999. p. 59-80.
- SAINTENY, Guillaume. *Logiques d'Engagement et Logiques de Rétribution au Sein de l'Écologisme Français. Cahiers Internationaux de Sociologie, CVI*, p. 175-200, 1999.
- SCHMITT, Cláudia. *J. Mata de Araucárias: a região norte do Rio Grande do Sul*. In: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SCOTTO, Gabriela. (Coords.) *Conflitos Sócio-Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graphos, 1995. p. 25-101.
- TORNQUIST, Carmen Susana. *O Planeta e o Quintal: o movimento ecológico frente à administração popular em Porto Alegre*. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política) - UFSC, Florianópolis. 1992.

Recebido em: 25.01.10

Aprovado em: 18.05.10